

Dossiê de Projetos de Lei

Deputado Dr. Zacharias Calil

Este dossiê apresenta, em ordem cronológica, uma visão aprofundada dos principais projetos de lei de autoria e coautoria do Deputado **Dr. Zacharias Calil**, com foco em sua atuação nas áreas da saúde, proteção social, defesa do consumidor, cultura e regulação econômica. Cada item traz o número da proposição e um resumo em linguagem acessível, para que qualquer leitor compreenda de forma rápida o objetivo e o impacto potencial de cada iniciativa.

2019

PL 5114/2019 – Dia Nacional da Criança Traqueostomizada

Institui o Dia Nacional da Criança Traqueostomizada, com o objetivo de dar visibilidade a crianças que dependem de traqueostomia e de tecnologias de suporte à vida. O projeto estimula campanhas de informação sobre cuidados específicos, direitos dessas famílias e a necessidade de estrutura adequada na rede de saúde para acompanhamento multiprofissional, reduzindo internações evitáveis e ampliando a inclusão escolar e social.

2020

PL 1317/2020 – Planos de saúde em períodos de calamidade pública

Altera a Lei nº 9.656/1998 para estabelecer regras mais rígidas de atendimento das operadoras de planos de saúde em situações de calamidade pública, como epidemias e pandemias. A proposta reduz brechas para suspensão de cobertura, reforça a continuidade do tratamento de pacientes crônicos e garante mais previsibilidade ao usuário em momentos de maior vulnerabilidade do sistema de saúde.

PL 1409/2020 – Proteção a profissionais essenciais na pandemia de Covid-19

Prevê medidas imediatas para preservar a saúde e a vida de profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública em situações de emergência sanitária, como a Covid-19. O texto estabelece prioridade em exames diagnósticos, acesso a equipamentos de proteção individual e protocolos de segurança, buscando reduzir o adoecimento e garantir a continuidade de serviços estratégicos à população.

2021

PL 2613/2021 – Controle especial para corticoides orais

Determina que medicamentos corticoides de uso oral passem a ser vendidos sob controle especial, com retenção de receita. A motivação é combater a automedicação e o uso indiscriminado dessa classe de fármacos, que pode causar efeitos colaterais graves quando utilizada sem acompanhamento médico, como imunossupressão, alterações metabólicas e problemas cardiovasculares.

2022

PL 2501/2022 – Inclusão do diabetes nos censos demográficos

Altera a Política Nacional de Prevenção do Diabetes para determinar que os censos demográficos do país passem a coletar informações específicas sobre a doença. Com esses dados, o poder público ganha base mais sólida para planejar políticas de prevenção, diagnóstico e tratamento, dimensionando a real

carga do diabetes na população e distribuindo melhor recursos, serviços e campanhas educativas.

2023

PL 3194/2023 – Perícias em casos de crimes sexuais

Propõe critérios mais claros para a realização de perícias médicas e psicológicas em vítimas de violência sexual, buscando padronizar procedimentos, reduzir revitimização e fortalecer a prova pericial. A medida contribui para maior segurança jurídica e para a proteção da dignidade das vítimas, especialmente mulheres e crianças.

PL 5475/2023 – Política Nacional de Prevenção e Controle das Doenças Cardiovasculares (coautoria)

Em coautoria, institui uma política nacional voltada à prevenção, diagnóstico precoce e manejo das doenças cardiovasculares, principal causa de morte no país. O projeto incentiva ações integradas entre atenção básica, campanhas educativas, rastreamento de fatores de risco (hipertensão, diabetes, dislipidemias) e fortalecimento das linhas de cuidado em cardiologia no SUS.

2024

PL 1033/2024 – Formação e estímulo à atuação de médicos geneticistas

Focado na área de genética médica, o projeto busca ampliar a oferta de formação especializada e incentivar a atuação de médicos geneticistas no sistema de saúde. Em um contexto de aumento do diagnóstico de doenças raras, síndromes congênitas e demandas por aconselhamento genético, a proposta fortalece a estruturação de serviços especializados e o suporte às famílias.

PL 2899/2024 – Mês da Ética na Saúde

Institui o mês de maio como o “Mês da Ética na Saúde”, voltado ao combate a práticas antiéticas e ilícitas nas relações entre o setor público e o setor privado. O projeto fomenta ações de compliance, transparência, fiscalização de contratos e campanhas de sensibilização, reforçando a integridade na cadeia de serviços e produtos de saúde em todo o país.

PL 3669/2024 – Prevenção e tratamento da ludopatia em apostas de quota fixa

Regula a prevenção e o tratamento dos transtornos de jogo patológico (ludopatia) associados às apostas de quota fixa, recentemente liberadas no Brasil. A proposição prevê diretrizes para campanhas educativas, linhas de cuidado em saúde mental, responsabilidades das operadoras na prevenção de danos e financiamento de programas de suporte para jogadores e suas famílias.

2025

PL 545/2025 – Tratamento de dados sensíveis na LGPD

Altera a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) para admitir, em condições específicas, o tratamento de dados pessoais sensíveis mediante pagamento direto ao titular, além de definir padrões de digitalização e segurança. O objetivo é conciliar inovação e monetização de dados com transparência, consentimento qualificado e proteção efetiva da privacidade dos cidadãos.

PL 1805/2025 – Cláusulas abusivas em contratos entre hotéis e plataformas digitais

Combate cláusulas contratuais abusivas impostas por plataformas digitais de intermediação de hospedagem a hotéis e pousadas. A proposta reforça a liberdade de precificação, a livre concorrência e o equilíbrio nas relações comerciais, evitando que pequenos e médios empreendimentos turísticos fiquem dependentes de condições comerciais desvantajosas impostas por grandes plataformas.

PL 2065/2025 – Compartilhamento de postes entre energia e telecomunicações

Disciplina o compartilhamento de postes das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica com empresas de telecomunicações. O projeto busca organizar o uso dessa infraestrutura, reduzir a poluição visual dos cabos, melhorar a segurança das instalações e garantir regras mais equitativas de acesso, sem prejudicar a prestação dos serviços essenciais.

PL 2320/2025 – Uso indevido de bonecas “bebê reborn” para obter benefícios

Prevê sanções administrativas para quem utilizar bonecas do tipo “bebê reborn” ou artifícios semelhantes com o propósito de obter vantagens destinadas a pessoas com criança de colo, como atendimento preferencial. A intenção é coibir fraudes em filas, serviços e benefícios públicos ou privados, preservando o direito de quem realmente necessita de prioridade.

PL 2694/2025 – Semana “Julho Bordô” de conscientização sobre neoplasias mieloproliferativas

Institui, em todo o território nacional, a Semana “Julho Bordô” de Conscientização sobre as Neoplasias Mieloproliferativas, a ser realizada na primeira semana completa de julho. O projeto prevê campanhas de informação, iluminação de prédios públicos na cor bordô e apoio a eventos científicos, ajudando a dar visibilidade a doenças hematológicas raras e a fortalecer a rede de diagnóstico e tratamento.

PL 4362/2025 – Prazo de guarda de imagens de exames médicos

Atualiza a legislação sobre a guarda de imagens de exames médicos, levando em conta o avanço da digitalização e do armazenamento em nuvem. A proposta define prazos mínimos e critérios técnicos para preservação desse acervo digital, garantindo segurança da informação, rastreabilidade e acesso futuro aos laudos quando necessário para continuidade do cuidado ou para fins periciais.

PL 2021/2025 – Patrimônio cultural do povo Calon em Águas Lindas de Goiás

Reconhece como patrimônio cultural e imaterial do Brasil a cultura tradicional do povo Calon no município de Águas Lindas de Goiás. O projeto destaca seus saberes, ritos, expressões orais e modos de vida, abrindo espaço para políticas de preservação, valorização e registro dessa identidade cigana no âmbito das políticas culturais brasileiras.

PL 2024/2025 – Artesanato em palha de milho de Aparecida de Goiânia

Reconhece o artesanato em palha de milho produzido em Aparecida de Goiânia como patrimônio cultural e imaterial do Brasil. A iniciativa valoriza um saber tradicional associado à economia criativa, gera visibilidade para artesãos locais, estimula políticas de fomento e incentiva ações de salvaguarda coordenadas por órgãos de cultura e patrimônio.

PL 2025/2025 – Moda de Viola Goiana

Reconhece a Moda de Viola Goiana como patrimônio cultural e imaterial do Brasil, preservando um gênero musical profundamente ligado à identidade do Estado de Goiás. O projeto reforça a importância de registrar, difundir e apoiar manifestações musicais regionais, garantindo espaço para artistas, festivais e ações educativas relacionadas a esse repertório.

PL 2027/2025 – Pamonha artesanal de Goiás

Declara a pamonha artesanal produzida em Goiás patrimônio cultural e imaterial, reconhecendo seu papel na memória afetiva, na gastronomia regional e na geração de renda para pequenas produções familiares. A proposta abre caminho para ações de valorização turística, certificações de origem e programas de apoio a produtores tradicionais.

PL 2028/2025 – Artesanato cerâmico de Santa Luzia e Luziânia

Reconhece como patrimônio cultural e imaterial o artesanato cerâmico tradicional das comunidades de Santa Luzia e Luziânia, em Goiás. Ao registrar essa prática, o projeto contribui para preservar técnicas manuais transmitidas entre gerações, estimular circuitos de turismo cultural e facilitar o acesso de artesãos a programas públicos de fomento.

PL 2031/2025 – Romaria do Divino Pai Eterno em Trindade

Reconhece a Romaria do Divino Pai Eterno, em Trindade (GO), como patrimônio cultural e imaterial do Brasil. A medida valoriza uma das maiores manifestações de fé do país, com forte impacto religioso, social e econômico, conferindo-lhe proteção especial nas políticas culturais e de turismo, inclusive para preservação de seus ritos e trajetos tradicionais.